

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



Seminário Nacional de Formação de Conselheiros-as de Economia Solidária

Brasília, 16 a 18 de novembro de 2011

Relatório síntese

Relatório elaborado pelo Gildo Bernando apartir dos relatos dos participantes da oficina e do CFES Nacional..

“CONSELHOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ACÚMULOS E PERSPECTIVAS.”¹

Apresentação

Esse relatório tem como objetivo apresentar as principais discussões, bem como a avaliação e perspectivas de ações desenvolvidas no decorrer do *Seminário Nacional de Formação de Conselheiros-as de Economia Solidária*, “*Conselhos de Economia Solidária: desafios e perspectivas*”, realizado dos dias 16 a 18 de novembro na Sede da Cáritas Brasileira – Brasília (DF), pelo Centro de Formação Nacional em Economia Solidária CFES Nacional.

A atividade teve como público-alvo, representantes dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Economia Solidária; representantes dos Governos Municipais e Estaduais cujos projetos foram aprovados nos editais 02 e 03/2011 da SENAES/MTE e representantes de Coletivos Estaduais de Educadores-as da Economia Solidária.

Os conteúdos do seminário foram:

- Políticas públicas de economia solidária
- Instrumentos de gestão partilhada da política pública

¹ Apresentações utilizadas bem como alguns vídeos estão disponível em: <http://cirandas.net/cfes-nacional/cfes-nacional/seminario-conselheiras-os-da-economia-solidaria-acesse-as-apresentacoes>

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



- Conselhos de gestão da política pública – ação no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas

O Seminário contou com a facilitação de Adriana Bezerra, do Centro de Ação Comunitária CEDAC, bem como da equipe do Centro de Formação Nacional em Economia Solidária. Contou ainda com outros convidados que contribuíram em temáticas específicas.

Objetivos do Seminário:

- Analisar e qualificar o papel dos conselhos e sua relação/ articulação com outros instrumentos de gestão da política pública
- Identificar desafios e possibilidades da atuação dos Conselhos de Economia Solidária

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



SUMARIO

Políticas Públicas de Economia Solidária	4
Participação popular na gestão pública: histórico, balanço e desafios	9
Participação popular na gestão pública: experiências de hoje, desafios e perspectivas	11
Conselho de Economia Solidária: panorama nacional	16
Monitoramento e avaliação de políticas públicas	33
Planejamento das políticas públicas	40
Indicativos de ações a partir do seminário	42
Avaliação do Seminário	43

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Políticas Públicas de Economia Solidária

- **Um Olhar sobre a rede de políticas públicas voltada à Economia Solidária no Governo Federal. - Gabriela Cavalcanti Cunha – UnB; SENAES/ MTE**

No campo das Políticas Sociais e de Trabalho durante os anos do Governo Lula, pode-se observar algumas mudanças. Se ganha um novo fôlego em relação ao trabalho formal, percebe-se a Política Macroeconômica x Política Social. Há uma tendência de inserir a transferência de renda para o centro da Política social, além disso, percebe-se a “nova classe média” como base social.

Nas relações Estado/Sociedade respeito a sua participação e parcerias, observa-se a re-ascensão da sociedade civil organizada: um anterior anti institucionalismo pelas relações com o Estado; o papel dos “agentes externos” e suas tensões; as lógicas da administração pública no Brasil desde anos 1990: entre regras burocráticas, lógica gerencial e mecanismos participativos. Nesse período também fica claro a revitalização dos conselhos de políticas públicas e a realização de Conferências Nacionais, porém isso se confronta com a dificuldades de materialização das medidas.

O INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) define o PPA (Plano Plurianual) como “escuta forte” a “sussurro rouco”. Há uma ausência de marco regulatório adequado para parcerias e uma sucessão de normas se revogando; o ambiente político é de criminalização de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais.

O campo das Políticas Públicas em Economia Solidária está em construção, vem de um processo recente de articulação nacional (2002/2003), vem de uma gênese simultânea de instâncias nacionais específicas do estado.

Isso fica melhor explicado quando analisado o quadro intitulado “Entidades e redes de economia solidária: perfil, ano de criação e parcerias principais com Estado”, no slide nº 8 da apresentação da Gabriela. (disponível em cirandas.net)

O planejamento e a demandas do movimento são frutos das discussões realizadas em 2003

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

(Plataforma Economia Solidária, 2008 (IV plenária e suas quatro bandeiras), das Conferências Nacionais (2006 e 2010), dos Planos Plurianual (PPA's) (2004-2007 e 2008-2011).

De tudo que foi demandado nesses espaços, fica a interrogação do que vai conseguir ser concretizado efetivamente. Um grande desafio é o monitoramento e acesso de dados referentes a resultados. Muitas das demandas da Plataforma foram invisibilizadas na política. No primeiro desenho não aparecia à formação, nem o mapeamento, por exemplo.

Na planinha “REPASSES POR TIPO DE PROJETO E EIXO DE AÇÃO” (CONVENIO SENAES FBB 2004-2008)” destacam-se as Entidades que receberam os maiores investimentos da SENAES, sendo elas: Instituto Marista de Solidariedade - 5,6 bilhões, Projeto Harmonia (Usina Catende) 3,5 bilhões e a Cáritas Nacional (fortalecimento FBES) 2 bilhões.

No segundo período do Governo Lula consegue se visibilizar mais as demandas, como por exemplo, o acesso ao capital (linhas de crédito, formas alternativas de finanças solidárias); conhecimento (formação, assessoria técnica, incubação, formação de agentes (Brasil Local); mercados (na comercialização, o que avançou foi de mercados institucionais, e de mercados diferenciados.)

Dentro das finanças, observa-se a expansão dos Bancos Comunitários, porém destaca-se que alguns desses bancos estão servindo apenas de expansão do Sistema Financeiro vigente. (Informações detalhadas na planilha “Distribuição do orçamento Senaes/MTE por principais tipos de ação” (2008-2010, slide 17).

Dentro do campo das dinâmicas de relações na rede de PPES, podem-se destacar as relações entre atores governamentais e não governamentais no “campo” da Economia Solidária; há processos iniciais de co-construção “informal” (CI e Gts); instalação do Conselhos Nacionais de Economia Solidária - CNES, IV Plenária e tensões/redefinições; relações na interface com outros campos de Políticas Públicas; envolvimento desigual; tipos de ação/ tipos de “público” ou segmento; campos já existentes/campos em construção.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Fica claro que alguns vínculos são mais fortes, tais como: mundo do trabalho, segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e camponesa inclusão produtiva dos beneficiários de transferência de renda, desenvolvimento local, desenvolvimento territorial, educação de jovens e adultos (EJA) C & T p/ inclusão social, tecnologias sociais tecnologias sociais, gestão de resíduos, catadores de materiais recicláveis de materiais recicláveis- política de saúde mental, turismo de base comunitária, Pontos de Cultura, economia colaborativa da cultura, pesca artesanal, etno desenvolvimento. Outros são um pouco mais fracos, como por exemplo, segurança pública, prevenção/combate à violência, cooperativismo agroindustrial, fomento a EES de artesanato, habitação de interesse social (crédito solidário), inclusão digital, software livre, pequena mineração, ações integradas à expansão da eletrificação rural (Luz Para Todos - região Norte) e meio ambiente.

Os conselhos e conferências são espaços institucionalizados de participação e transversalidade, que encara como desafio a institucionalização e a sustentabilidade da rede de políticas. A coordenação e a gestão dessa rede também é outro desafio.

Gabriela apresentou um gráfico chamado “Evolução da participação no CNES, por bancada Evolução da participação no CNES, por bancada (2007-2010)” - slide 22, que descreve como foi a participação dos diferentes segmentos que compõem o Conselho Nacional de Economia Solidária ao longo das reuniões.

- **Políticas públicas de Economia Solidária: trajetória, características, conteúdo e estratégias de institucionalização - Regilane Fernandes – SENAES-MTE**

Dentro da trajetória das políticas públicas de economia solidária, destacam-se algumas datas:

Nos anos 90, algumas iniciativas municipais e estaduais, porém nessa época buscava-se a inserção produtiva, a bandeira emancipatória ainda não estava tão presente.

Em 2003 acontece a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, a formação da Rede de Gestores Públicos, como esses fatos percebem-se o reconhecimento do campo para dentro da gestão pública.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Já em 2006 ocorre a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária, esse se torna um espaço legítimo de debate, porém a grande dificuldade é dar seguimento às deliberações das reuniões, pois parecia que só a SENAES tinha que dar conta das demandas. No mesmo ano realizou-se a I Conferência de Economia Solidária e por fim em 2010 realiza-se a II Conferência Nacional.

Avaliando a Economia Solidária no Governo Federal, percebem-se grandes momentos. O primeiro (2003-2006), foi dedicado a divulgação, ou seja, dá visibilidade da proposta da Economia Solidária na sociedade como um todo, e a inserção do tema de forma afirmativa na pauta do Governo Federal. O segundo momento (2007-2010) a fazer incidência para o processo de institucionalização da Política, bem como na ampliação das ações finalísticas como Assistência Técnica; Organização Local/ Territorial/ Setorial (redes e cadeias produtivas); Comercialização/Comércio Justo e Solidário; Incubação de empreendimentos; Finanças Solidárias; etc.

E o terceiro momento (2011-2014), é um momento de afirmação da Economia Solidária como estratégia para Desenvolvimento Sustentável (demandas expressas na IV Plenária de Economia Solidária; I CDRSS; II CNAES); um período de fortalecimento do Pacto Federativo como caminho para ampliar processos de institucionalização da Política Pública de Economia Solidária. Será um momento também para a adoção da Abordagem Territorial como caminho (PPA 2012-2015), reconhecendo o território como um espaço vivo, a partir do senso de identidade local, mesmo dentro dos territórios rurais, porém falar de abordagem territorial pode trazer alguns riscos, pois ainda não se sabe o quanto o movimento entende o que significa organizar a economia solidária na lógica da territorialidade e para amadurecimento em cima das questões que cercam o PL da Economia Solidária que a grande bandeira mobilizadora.

Vale destacar que em 8 anos de SENAES, foram feitos muito poucos convênios com os governos municipais, é necessário avançar na parceria com municípios e estados.

Tendo como base o texto da II Conferência Nacional, temos o seguinte texto em relação à Política de Economia Solidária:

Seus eixos de atuação passa pelo reconhecimento legal (legislação), acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias, acesso ao mercado.

Tem como principais características a participação da sociedade civil e do movimento social; a
Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

intersectorialidade; diversidade na alocação setorial (não há definição única do lugar institucional; e a política de Governo (baixa institucionalização).

Como estratégias de institucionalização é necessário ter algumas definições claras, tais como as diretrizes e concepções, qual será o lugar institucional (órgão responsável e estrutura de gestão), mecanismos da intersectorialidade, mecanismos de participação e controle social (Conselhos e Conferências), instrumentos para execução das políticas e parcerias, e construir um Sistema Nacional.

Um Sistema Nacional se justifica por permitir formular, implantar e garantir a execução da política nacional de economia solidária, respeitando as especificidades locais, regionais e estaduais; estimular a integração dos esforços entre os entes federativos e entre governos e Sociedade civil, incentivando a criação de fóruns territoriais e municipais; promover o acompanhamento, o monitoramento, pesquisa e a avaliação permanentes da política de economia solidária.

A inserção da Economia Solidária no PAA 2012- 2015 num programa que articule ações de Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento Territorial Sustentável, a proposição de parcerias a partir de projetos territoriais (conjunto de ações integradas em ES). O PL da Economia Solidária via CNAES. Apoio a campanha do PL de iniciativa popular. Inserção da Economia Solidária no PPA 2012-2015 num programa que articula ações de Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento Territorial Sustentável. Inserção de iniciativas de Economia Solidária em outros Programas Temáticos do PPA. A ampliação dos canais de participação de governos estaduais e municipais na rede de parceiros da SENAES (editais específicos). A proposição de parcerias a partir de “projetos territoriais” (Ações Integradas em Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial), são algumas iniciativas que estão sendo desenvolvidas afim de concretizar as ações.

De forma mais harmônica pode-se pensar a Política a partir de 4 eixos:

EIXO 1 – Organização Sócio comunitária

EIXO 2 – Formação e Assessoria Técnica.

EIXO 3 – Investimentos e finanças solidárias.

EIXO 4 – Organização da comercialização solidária.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Participação popular na gestão pública: Histórico, balanço e desafios

- **Selvino Heck (Secretaria Geral da Presidência/ Rede de Educação Cidadã)**

As reflexões apresentadas por Selvino Heck partem da provocativa de que o Povo brasileiro conseguiu conquistar tudo o que tem hoje através de um longo processo de mobilização e de lutas. Heck cita Nassif para falar da importância das Conferências, onde o mesmo afirma que as mesmas deram uma solidez inédita ao tecido social brasileiro.

No Brasil há muita pouca história de participação popular, a prova disso é que as mulheres só começaram a votar em 1934, retirando a população feminina, a juventude e os analfabetos, e quem é que votava em 1934? Era uma parcela muito pequena da população. Um pouco antes, na República Velha só votava quem tinha propriedades, logo o número de votantes era ainda menor. Dessa forma é possível ligar esses fatos à garantia de direitos.

A primeira Conferência realizada foi a de Saúde (nos anos 40), dessa forma foi a primeira a conseguir avanços, como por exemplo, a implementação do Sistema Único de Saúde. Assim, é possível concluir que no Brasil as elites nunca se preocuparam com a população, nem mesmo para atender as necessidades básicas.

Ao longo da história, para a elite brasileira em geral, quanto mais o povo era pobre e analfabeto melhor, numa visão mais dura o povo sempre foi visto como bucha de canhão, servia para tudo. O povo teve sempre que fazer à base de luta e mobilização para conseguir e garantir seus direitos, foi sempre assim ao longo da história.

O Economista Veloso fala de Déficit Democrático no futebol, afirmando que é uma pequena elite quem manda e controla o futebol brasileiro, que é algo que tem alma popular.

Em diversos momentos da história a mobilização popular realizou grandes avanços. A campanha pelas Diretas Já, a derrubada do Collor e própria elaboração da Constituição Cidadã são exemplos disso.

Para Silvino, hoje no Brasil é necessário pelo menos 3 grandes reformas:

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



- Um reforma de Estado, ou seja, Reforma Política, do aparelho do estado. A estrutura central do Estado mesmo com a Constituição de 88 mudou muito pouco.
- Um outra reforma tem que ser a tributária. Quem paga imposto hoje no Brasil são os assalariados e não quem ganha 1 milhão por mês.
- A terceira seria a Reforma Agrária, essa apesar de avanços, ainda não aconteceu.

Dessa forma percebe-se que ainda hoje há um déficit democrático. A partir do Governo Lula, houve avanços significativos, principalmente no campo da participação popular, o governo abriu-se mais para a sociedade, e com isso se vale de mecanismos institucionalizados para que isso possa se efetivar.

A atual crise mundial que estamos passando é profunda, porém percebe-se que outra política esta acontecendo, uma política que não está pressa a partidos políticos, é um momento onde algo novo pode acontecer, e quem sabe é uma grande oportunidade para a Economia Solidária. As novas tecnologias e recursos de comunicação estão favorecendo para esse acontecimento. É possível pensar a junção da mobilização da juventude com a crise mundial que é econômica e também social, em busca de bons frutos.

É nessa perspectiva que o Governo Federal vem pensando a criação de um Sistema Nacional de Participação Social. Esse Sistema que integrasse mesas de diálogos, audiências, debates, Fóruns Inter Conselhos, ouvidorias, entre outros, esse Sistema também teria um braço nos processos formativos e educativos, onde a Rede de Educação Cidadã atua. Seria um Sistema na mesma linha do SUS e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar. Seria pegar todos esses mecanismos e criar um conjunto de instrumentos institucionalizados que componham diálogos reais com a sociedade. Não adianta só institucionalizar a participação popular, é necessário fomentar a mobilização popular.

O grande desafio é mobilizar a sociedade para avançar nas reformas (nessas 3 e em outras) não vai ser só via conselhos nem só via sistema de Participação Social, é necessário criar canais onde o estado seja democratizado, isso significa democracia política e econômica e ai entra Economia Solidária como estratégia fundamental.

Uma grande utopia é exigir um novo projeto de desenvolvimento. O Brasil hoje é a “meca” do

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

mundo, o capital estrangeiro está vindo para tomar posse das principais áreas.

É importante compreender como as coisas estão interligadas, uma coisa ajuda à outra, a mobilização ajuda à democratização e vice versa.

Fica ainda o desafio de como pensar a sustentabilidade que se diz estar sendo pautada pela Rio+20... sabendo que a Rio + 20 é um acontecimento de mobilização Social.

Participação popular na gestão pública: experiências de hoje, desafios e perspectivas.

- **Edelcio Vigna – Selvino Heck (Secretaria Geral da Presidência/ Rede de Educação Cidadã)**

Edelcio representa o Fórum Nacional da Reforma Agrária no Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é um conselho misto, Governo e Sociedade Civil. Antes de 1985 (eleição do Tancredo Neves) havia uma Campanha pela Reforma Agrária liderada pelo Betinho, onde apoiavam a Igreja, diversas Confederações do Campo, MST. Nessa campanha começou a se discutir essa questão, e logo após foi levada à Assembleia Nacional Constituinte.

Após a Assembleia Nacional Constituinte, avança-se e começa a discutir Reforma Agrária e Segurança Alimentar, por conta disso entraram na discussão outras organização para aprofundar a ideia de organizar um Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Isso foi sendo discutido, enquanto o Brasil passava por momentos importantes de mobilização popular, tais como a queda do Collor que o ápice do processo de mobilização social da época. Com a saída de Collor, Itamar Franco assumi o Governo e se abre espaço para a criação do CONSEA, ele foi um Conselho criado pela sociedade civil. A formação do CONSEA veio através de uma luta, de uma luta social.

Ao contrário de Selvino Heck, Edelcio defende que não é o governo quem fortalece a sociedade civil: já vimos isso desde a chegada de Cabral, que chegou com estado pronto. Em alguns casos o Estado pode auxiliar na formação, na organização da sociedade civil, fortalecimento não é o caso deste governo.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



Fernando Henrique quando ganha as eleições e percebe que o CONSEA é um instrumento que pressiona o Governo, ele praticamente extingui o CONSEA e cria um Programa chamado Comunidade Solidária, o CONSEA passa a ser presidido por sua esposa a Prof.^a Ruth Cardoso e por consequência ele acaba com a participação popular.

Quando o Lula se elege, a sociedade civil se organiza e pressiona a reestruturação do CONSEA, com 2/3 governo e 1/3 sociedade civil. O CONSEA se revigora e junto disso as discussões de segurança alimentar começa a ganhar espaço pelas lutas internacionais. A FAO reconhece a alimentação como um direito e todos os estados pertencentes à ONU devem implementar os espaços de discussão sobre o tema. No Brasil realiza diversas campanhas, mobilizações no Congresso, fizemos equipes de mobilização e em um ano conseguimos incluir o direito à alimentação.

Dizer que a alimentação é um direito humano, não significa que o Estado tem que dar alimentação, mas sim garantir o acesso a uma alimentação saudável. Os direitos vão avançando nessa progressão. No início do governo Lula criamos o orçamento de Segurança alimentar. Tivemos que fazer uma seleção de programa, criar o programa e ver se os recursos eram suficientes. Era uma grande briga dentro do governo.

Hoje se tem um espaço no Programa SIGUE Brasil, é alimentado diariamente e conseguimos ter vários orçamentos (mulher, criança, indígena, meio ambiente, quilombola, desigualdade social, segurança alimentar).

- **Pedro Gontijo – Comissão Brasileira de Justiça e Paz CNBB. (Projeto de Iniciativa Popular – Ficha Limpa). Universidade de Brasília – Dpto de filosofia.**

Incidência do que a gente tem na experiência de Leis de Iniciativa Popular.

O primeiro ponto importante é ter clareza que a rigor no Brasil não existe Leis de Iniciativa Popular,

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

não existe rito regulamentado para tramitar uma lei de iniciativa popular, o que temos é a sociedade que se organiza com base em outras experiências consolidadas, que colhem determinadas assinaturas, e com o volume de assinaturas se escolhe grupo de parlamentares para que assumam e apresentem essa proposta como um projeto de lei coletiva.

Isso não tira em nada a importância de se continuar propondo leis de iniciativa popular, e toda essa movimentação de coleta de assinaturas deixa claro a paternidade do processo.

Na comissão temos experiência de participação em duas grandes propostas de Lei de Iniciativa popular, uma foi a lei 9840, resultado da Campanha da Fraternidade de 1996, Fraternidade Política, teve um processo de pensar um gesto concreto, e que fosse mais simples para poder discutir como a sociedade e ao mesmo tempo ser eficaz.

A lei 9840 não prende ninguém, ela tem efeito no processo eleitoral, a compra de votos e o uso da máquina pública, se comprovado leva a perda do direito a candidatura.

Concluiu em 1999 e houve um longo processo de sensibilização, de ida de gabinete a gabinete, de senador a senador, para ir ampliando apoio. A participação da igreja, sobretudo católica, foi fundamental. O fato da CNBB ter discutido nas suas assembléias e outras instâncias conseguiu uma adesão muito grande de seus bispos e padres. Sem a participação da Igreja é muito difícil conseguir um número grande de assinaturas, precisa-se apoio de Instituições como grandes capilaridades na sociedade.

Conseguir 1.500.000 é outra coisa. Na lei 9840 teve participação da mídia, até da Rede Globo participou. Com a lei aprovada e para dar continuidade, ela foi aprovada e dois anos depois não era aplicada. Para ser aplicada tinha que ter denuncia, sobre a compra de votos e o uso da máquina pública, porém a sociedade ainda não estava mobilizada para fazer as denúncias, por outro lado os juízes na sabiam usar a lei, e não a conheciam.

Em 2001 foram criados “comitês 9840”, com participação de Sindicatos, Igrejas, paróquias, para fiscalização das eleições de 2002. E depois organizamos 3 encontros de juízes eleitorais para desenvolver um processo de sensibilização e estudo sobre a lei. Tem todo o processo de mobilização (assinaturas), negociação dentro do congresso para subscrever a proposta, depois vem a implementação, e as iniciativas da sociedade para garantir a eficácia da lei. Desse processo de

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

garantir a eficácia da lei foi que nasceu o movimento combate a corrupção.

Vários casos foram documentados e permitiram a cassação de Políticos. Com o sucesso da Lei começou a se discutir como avançar nesse processo, daí sai a iniciativa da ficha limpa. Era mais ampla e radical, além de tornar mais rígida o processo de registro da candidatura. Formula-se, e se faz todo o mesmo processo de coleta de assinaturas. Com o sucesso da coleta de assinatura vai-se para o Congresso a “caçar” os parlamentares.

A lei foi bastante modificada no processo de tramitação, porém foi aprovada, mas aprovação no Congresso não é garantia de nada. Tem que ver é como vai ser implementada a lei. A lei trabalha com o principio de condições de elegibilidade e não como principio penais.

O simples fatos de ser condenado em alguma instância já é suficiente para dizer se o individuo reúne as condições necessárias para se candidatar à um cargo público. Agora tem um processo de mobilização para garantir a eficácia da lei.

- **Ademar Bertucci (Caritas Nacional) – Audiências Públicas PL 865/2011.**

Audiência pública tem sido utilizada em diferentes momentos, como por exemplo, nas discussões da Transposição do Rio São Francisco.

É um instrumento simples, feito a partir de uma chamada que se faz a partir de Parlamentares dessa forma traz o espaço de legitimação do debate. Possui como principal característica a de ouvir, o debate pode ajudar no aprimoramento do debate.

Vale destacar que a Lei de Plebiscitos Populares não foi institucionalizada também. A primeira reação que houve após receber a notícia do PL 865, foi o sentimento de desrespeito as deliberações das Conferências, Conselhos, entre outras discussões que o movimento já vinha realizando. O governo nos concedeu o tempo de um mês e meio para que pudéssemos realizar nossa mobilização. Vale destacar que apesar de naquele momento existir um caráter de urgência na votação da Lei, ela não foi aprovada ate hoje.

A partir da mobilização das Audiências o Governo decidiu retirar do PL a Economia Solidária.

Foram realizadas 23 audiências estaduais e 1 Nacional, a Nacional foi uma das primeiras, que foi em Brasília.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Essa situação gerada permitiu ao movimento, além de um momento de grande mobilização, o diálogo como outros movimentos a exemplo disso foi o Grito da Terra (CONTAG), onde paralelo a esse grande evento dos movimentos dos agricultores realizou a audiência pública Nacional, foi um momento de grande aproximação. As bases do MST estão conosco nos Fóruns locais e Estaduais. Tem uma conquista no campo do meio rural que nos leva a dizer que as audiências também fizeram processos de articulação com outros movimentos. A gente provou que temos um Movimento de Economia Solidária.

Os empreendimentos falaram que não queriam perder a identidade, dessa forma fica claro que estamos construindo uma identidade, e que não queremos ser confundidos com os que não representam o rumo do projeto de desenvolvimento político que a Economia Solidária propõe.

Como fomos percebendo isso?

Uma vez instituído o Conselho se assegurou a perenidade, só que com a perenidade as coisas também param. E uma vez instituído o movimento, este traz novos elementos, fortalecendo os processos.

Desde a Segunda Conferência já havia um embate instalado, em todas as grandes mesas da Conferência. Dirigentes do setorial do PT estavam presente e a todo momento chamavam algumas pessoas para discutir um documento que seria apresentado à então candidata Dilma, onde já apontava o direcionamento da Economia Solidária para a Micro e Pequena Empresa.

Quando o conselho se reuniu no final de 2010 queríamos concertar o compromisso de consenso, pensando de que forma iríamos negociar o que saiu da Conferência. Tinham forças que tinham ido diretamente à Presidência, forças que representam dirigentes e não representam bases.

É importante trazer para o campo as possibilidades de unidade. A Presidenta decidiu tirar do PL e voltamos à SENAES. Não saímos de onde estávamos, a luta continua. Havia um compromisso da Presidência da República para além do PL 865. O nosso Ministro entendeu que estamos divididos dentro do movimento. Com isso volta às discussões para pensar Economia Solidária de forma intersetorial.

Estamos também procurando por algo mais, o Governo colocou os grupos dos Inter Conselhos e a maioria dos grupos veio colocando a Economia Solidária como uma das prioridades. A gente percebe que tem um campo de mobilização que nos permite avançar.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



Conselho de Economia Solidária: panorama nacional

Momento 1: Apresentação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Economia Solidária

1. CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE MONTES CLAROS – MINAS GERAIS.

Lei Municipal de Fomento a EPS de Monte Claros:

Lei nº 3.997 de 16 de julho de 2008

Data de criação do Conselho

O Conselho Municipal foi criado pela a mesma Lei e pela Portaria nº 49 de 20 de setembro de 2010.

A portaria dispõe da Nomeação de Representantes do Poder Público para o CMEPSMC.

Eleição da Diretoria Executiva do Conselho: setembro/2010.

Posse do Conselho para o biênio: 2010/2012 e em dezembro de 2010 – Prefeito Dr. Luiz Tadeu Leite (PMDB).

Composição: (art. 24º)

São 17 membros:

08 indicados pelo Executivo Municipal;

09 indicados por Entidades e/ou Instituições representativas da Sociedade Civil.

Foram Nomeados representantes Titulares e Suplentes do CMEPSMC os segmentos:

Governamental:

- Secretária Municipal de Desenvolvimento Social – 02 representantes.
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente – 01 representante.
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – 01 representante.
- Secretaria Municipal de Governo – 01 representante.
- Secretaria Municipal de Educação – 01 representante.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



- Secretaria Municipal de Agricultura – 01 representante.
- Câmara Municipal de Vereadores – 01 representante.

Sociedade Civil:

- Entidades Sociais (AARSONORTE e ASVEJC) – 02 representantes.
- UNIMONTES – 01 representante.
- Rede Privada de Ensino Superior (FUNORTE e ISEIB) – 01representantes
- Caixa Econômica Federal – 01 representante.
- Sindicato do Comércio Varejista – 01 representante.
- Empreendimento (Curt's Artes e Cozinha Bem Servir) – 01 representante.
- Associação Comunitária do Bairro Major Prates – 01 representante.
- Conselho Municipal de Trabalho e Renda – 01 representante.

Forma de escolha da Sociedade Civil

O envio por parte da SMDS, carta convite para as Entidades e Instituições representativas (cf. Artigo 24º da Lei 3.997) para indicação dos nomes para a composição do referido Conselho.

Estrutura

O CMEPSMC é vinculado a secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS)

Competências: (artigo 22º)

- zelar pelo cumprimento e implementação desta lei;
- contribuir para a elaboração do plano de integração das PPES's municipais;
- encaminhar sugestões à SMDS para a implementação de projetos, e fiscalizá-los em sua execução;
- monitorar e avaliar periodicamente as ações da PPES;
- estabelecer critérios para cadastro de EAF's e EES's;

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

- criar comissões temáticas de acompanhamento às Entidades e EES;
- apresentar ao Poder Executivo e/ou Poder Legislativo, proposições de PPES;
- monitorar e avaliar as Entidades cadastradas e EES's;

Ações de Proposição de Políticas Públicas

Aprovação dos Editais 002/2011 e 003/2011 – Chamadas Públicas da SENAES-MTE para o Estado e o Município.

Ações de Monitoramento de Políticas Públicas

Busca de Orientações neste Seminário Nacional e como “monitorar” a Execução desse Editais.

Ações de Avaliação de Políticas Públicas

Busca de Orientações neste Seminário Nacional em como “avaliar” a Execução destes editais.

Desafios

Desenvolver uma consciência política da Economia Solidária nos Conselheiros e nos Gestores Públicos;

Criação do Fundo Municipal de Economia Solidária;

Estruturar o Conselho para o atendimento a demanda existente.

2. COMITÊ MUNICIPAL DE TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SANTO ANDRÉ

Criado pela Lei Municipal 9058/08 em 26 de junho de 2008.

1º Portaria – 30/12/2008

2º Portaria – 27/10/2011

Composição

O CMTES é composto por 6 do Poder Público, sendo eles:

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



Poder Público:

- 2 IPEPS;
- 01 Secretaria Inclusão Social;
- 01 Secretaria de Des. Urb. Hab;
- 01 Secretaria de Educação e Formação P.;
- 01 Secretaria de Saúde;

Sociedade Civil:

- 04 Empreendimentos Econômicos Solidário
- 02 ITCP/FSA, Fundação de Integração e Cidadania.

Forma de escolha Sociedade Civil

- Indicados
 - Indicadas
- } FOMTES

Estrutura (Grupo de Apoio Técnico)

01 Coordenador-ra;

01 Coordenador-ra suplente;

01 Secretário-ra;

Competências

Ações:

- Proposição
- Monitoramento
- Avaliação

Ações de Proposição de Políticas Públicas:

Compete ao CMTES:

Artigo 23, inciso II da Lei 9058/08

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



- Integrar políticas públicas;

Artigo 28, incisos I e II do Decreto 15.864/08

- Articular as ações, projetos e políticas que possuam interface com o Programa Municipal de Trabalho e Economia Solidária;
- Propor formação de fóruns consultivos integrado por representantes dos órgãos fundamentais e de entidades da sociedade civil, que possuam interlocução com a Economia Solidária;

Ações de monitoramento de Políticas Públicas:

Compete ao CMTES

Artigo 23, incisos I, II e IV da Lei de 9058/08

1. Zelar pelo cumprimento e implementação da Lei Municipal de Economia Solidária;
2. Analisar e encaminhar sugestões ao órgão executor para implementação de projetos decorrentes da Lei Municipal Economia Solidária, além de acompanhá-los e fiscalizá-los em sua execução;
3. Supervisionar e avaliar periodicamente as ações do Programa Economia Solidária

Artigo 28, inciso III Decreto 15.846/08

- Estabelecer diretrizes para a aplicação de recursos do Programa Municipal de Trabalho e Economia Solidária.

Ações de Avaliação de Políticas Públicas

Compete ao CMTES

Artigo 2, inciso IV da Lei 9058/08

- Supervisionar e avaliar periodicamente as ações do Programa Economia Solidária.

Artigo 2, inciso IV Decreto 15.846/08

- Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas, projetos, serviços e benefícios aprovados.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Desafios



“Que Brasil queremos ser?”

- Ações permanentes para atingir objetivos dos diferentes projetos.
- Monitoramento.
- Avaliação.

3. CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

A nossa lei de fomento a economia popular e solidária foi aprovada no dia 22 de fevereiro de 2006 como o título de Lei nº 8.798 de 22 de fevereiro de 2006. O nosso conselho foi fundado nessa mesma data. Sediada na Capital do Estado e funcionando no local cedido pelo Governo, na Secretaria do SETHAS. O Conselho é composto por 12 membros efetivos e suplentes de forma paritária, sendo 6 titulares e 6 suplentes.

A composição atual do Conselho constituídas pelas entidades civil dos empreendimentos solidários, são eles:

Titulares:

- Lidiane Silva de Souza;
- Maria José da Silva;
- Maria José de Pontes Leandro;
- Francisca Eliane de Lima;

Suplentes:

- Ana Paula dos Santos;
- Iculton Antero de Melo;
- Francisca Lima;
- Pedro Batista de Almeida

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



Entidade de Apoio e Fomento:

- Lediane Freire de Jesus – Titular
- Gislaynne Cristina – Suplente

Instituição de Ensino Superior:

- Professor Carlos José Wanderlei Ferreira – Titular
- Washigton José de Souza – Suplente

A composição do Governo Estadual ainda não foi instituída. Por este motivo hoje o nosso conselho não está totalmente em funcionamento, mas na falta do funcionamento do conselho o Fórum Potiguar de Economia Solidária está atuando fortemente para que o conselho se efetive.

Hoje no estado do Rio Grande do Norte estamos com muitos problemas com o governo do estado como a sua total indiferença como a Economia Solidária. (Este pequeno resumo feito pelo Fórum, pelo coletivo de educadores e pelo Conselho, a sua representação da pessoa de Maria José da Silva)

4. CONSELHO ESTADUAL DE ARTESANATO E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE SANTA CATARINA

Lei 14.830 de 11 de agosto de 2009.

Eleição da Sociedade Civil - novembro de 2010.

Posse – 08 de fevereiro de 2011.

Quem: Governo 12 representantes

Sociedade Civil – 12 representantes, sendo 06 da Federação das Associações de Artesanato e 06 da Sociedade Civil.

Ações em andamento: Marco Legal do Artesanato e da Economia Solidária.

Conselho Estadual de Economia Solidária do Piauí

Data de criação do Conselho

13 de abril de 2004

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



- Foi criada a comissão de acompanhamento às ações para a formação de conselho.

Composição

- GMABPAPI – Grupo Cultural Afrocondarte
- Centro de Produção do Dirceu I; Mãos que transformão; Belas Artes; Secretaria de Assistência Social e Cidadania; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.
- Fundação Cepro; Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo; Secretaria de Administração.

Forma de escolha da Sociedade civil

É formado por entidades que realizam trabalho de fomento e políticas públicas. Observando os princípios de Economia Solidária.

Estrutura

No momento indefinida, realiza trabalhos por meio da comissão. Ainda não tem estrutura física – instalação.

Competência

- Reunir os segmentos civil, redes, órgãos municipais, estaduais... afim de acelerar a efetivação do conselho.
- Ações de proposição de políticas públicas.
- Visitas às Secretarias, realizando levantamento de políticas e ações de economia popular.
- Fortalecer o Fórum de Economia Solidária por meio de discussão e estratégia de sensibilização do governo.

Ações de Monitoramento de Políticas Públicas

- Atividades de pressão ao governo, para a criação do fundo Estadual de fomento ao desenvolvimento de Economia Solidária.
- Para estruturar os empreendimentos.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Ações de Avaliações de políticas públicas.



1. Foi perceber afinidade da Secretaria de Trabalho e empreendimento com ECOSOL.

Desafios

- Mudança da Secretaria de Referência da Economia Solidária.
- Promover adequação dos empreendimentos dentro dos princípios de Economia Solidária.

5. CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Data de Criação: 11 de outubro de 2006, pela Lei 8256/2006 – Fomos o primeiro Conselho a ser organizado.

Ligado a SEASTIDH

Composição: - 10 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 05 da Sociedade Civil e 05 Gestores Públicos.

Sociedade Civil:

- 03 empreendimentos;
- 02 Entidades de Assessorias

São eleitos de 02 em 02 anos na Planária do FEPS – ES

Estrutura:

- Plenário
- Mesa Diretora
- Comissões

* Apoio financeiro, técnico e administrativo.

Comissões:

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



- Planejamento, avaliação e divulgação.
- Análise de Registros.

Desafios:

1. Regulamentação da Lei.
2. Interiorização do Conselho.

6. CONSELHO DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DE PERNAMBUCO – CEEPS/PE

Data da Criação do Conselho:

O conselho tomou posse no dia 25 de agosto de 2009. A primeira reunião do conselho foi realizada no dia 27 de outubro de 2009. O objetivo da 1ª reunião foi a discussão sobre a proposta de regimento interno e o nivelamento sobre o tema economia solidária.

Composição

Conselheiros, 3 convidados permanente (Rede de Gestores, Assembleia Legislativa do Estado e SRT/PE), sendo 12 secretaria, 12 entidades da sociedade civil (EES e Entidades de Apoio), todos com suplentes.

Forma de Escolha da Sociedade Civil

Indicação do Fórum de Economia Solidária de Pernambuco.

Ações de Preposição, Monitoramento e Avaliação e Políticas Públicas

1ª Oficina

Tema: Oficina para trabalhar a reconstrução dos empreendimentos atingidos pelas enchentes, na perspectivas da Economia Solidária, no dia 12/08/2010 das 09:00 às 13:00 horas.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



2ª Oficina

Elaboração da Política de Comercialização para os produtos da economia solidária em Pernambuco, no dia 14/10/10 – das 9:00 às 13:00 horas.

Conferências Regionais de Economia Solidária (no total de 6 realizadas), e II Conferência Estadual de Economia Solidária.

Durante os meses de março e abril de 2010, o Conselho Estadual de Economia Solidária em parceria com a Secretária Especial de Juventude e Emprego de Pernambuco promoveu a realização dos debates Regionais sobre Economia Popular Solidária no Estado, através da realização das Conferências Regionais. Elas ocorreram dentro do seguinte cronograma: Região da Mata Sul, em Palmares (25 e 26 de março); Região Agreste, em Caruaru (29 e 30 de março); Região Sertão I, em Afogados da Ingazeira (07 e 08 de abril); Região Sertão II, em Petrolina (14 e 15 de abril); Região Metropolitana do Recife, em Recife (19 e 20 de Abril); e região da Mata Norte, em Carpina (22 e 23 de abril).

Em sua totalidade, as seis Conferências Regionais corresponderam a uma área de abrangência representada por mais de 150 municípios pernambucanos, num processo de escuta à sociedade nos principais pólos socioeconômicos do nosso estado. Ao todo tivemos as Conferências reuniram 283 participantes sendo 75 gestores públicos, 74 representantes de entidades de assessoria e 134 empreendimentos econômicos solidários. Outro dado interessante diz respeito à questão de gênero do total de 283 participantes tivemos 184 mulheres.

Segmento I representantes do Poder Público – 75

Segmento II organizações da Sociedade Civil - 74

Segmento III Empreendimentos Econômicos Solidários – 134

Total de participantes – 283

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



Estrutura:

- I. Plenário
- II. Presidência
- III. Coordenação
- IV. Secretaria
- V. Grupos e Trabalho e Câmaras técnicas.

Competências

Artigo 2º ao CEEPS compete:

- I. Estimular a participação governamental e da sociedade civil no âmbito da política de economia solidária;
- II. Propor e aprovar diretrizes, programas e prioridades para a Política de economia popular solidária;
- III. Sugerir a adoção de medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia solidária;
- IV. Monitorar e avaliar o cumprimento do conjunto dos programas e políticas públicas de economia popular solidária do Estado de Pernambuco, sugerindo medidas para aperfeiçoar o seu desempenho.
- V. Examinar e sugerir mudanças propostas de políticas públicas que lhe forem apresentadas pelo governo do estado ou pela sociedade civil organizada.
- VI. Estimular a formação de parcerias entre as entidades de apoio, fomento e empreendimentos da economia popular solidária com organizações nacionais e internacionais e governos municipal, estadual e federal;
- VII. Estabelecer um diálogo permanente como o Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES;
- VIII. Colaborar como os demais Conselhos de Políticas Públicas que tenham interface e complementaridade com a economia solidária;
- IX. Convocar e coordenar a realização da Conferência Estadual de Economia Popular Solidária em conjunto com a Secretaria de Trabalho, qualificação e empreendedorismo;

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



X. Propor uma Política de financiamento para os empreendimentos da economia solidária;

XI. Aprovar o seu regimento interno;

Economia Solidária na XI FENEARTE/2010 e XII FENEARTE/2011.

Economia Solidária na 69ª Exposição de Animais e produtos derivados.

VI e VII Seminário de Sensibilização ao Cooperativismo e Associativismo Projeto Ramá.

Fórum Estadual de Economia Solidária de Pernambuco – Secretaria Executiva do FEEPS/PE.

Seminário de Planejamento Estratégico abril/2011.

Reformulação Lei CEEPS/PE – 23/10/2011 – 14.410/2011.

Momento 2: Apresentação sobre o Conselho Nacional de Economia Solidária

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – VALMOR SCHIOCHET (SENAES/MTE), SÔNIA BRAZ E MARGARETH (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA)

Valmor Shiochet – SENAES-MTE

A previsão legal do Conselho Nacional antecede a criação da própria SENAES e do ponto de vista formal o próprio FBES (junho de 2003). O Conselho nacional foi criado em janeiro de 2003 e previsto em lei em maio do mesmo ano, e a SENAES só foi criada em junho de 2003. De fato o Conselho Nacional só vai ter existência real em junho de 2006 (decreto 5811), mês da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária. Esse processo de construção e previsão são coisas distintas.

Alguns dilemas: o lôcus da política – quando o GT brasileiro apresenta a demanda para o Governo Lula a decisão foi que o Conselho deveria ser vinculado ao Ministério do trabalho e Emprego, portanto, não caberia retomar o debate do melhor lugar institucional no governo. A segunda questão é o caráter do conselho, ou seja, deliberativo ou consultivo. O debate sobre a criação de um fundo específico ainda não é consensual hoje no governo. O conselho deliberativo acaba sendo muito vinculado a um fundo que possa viabilizar o que foi deliberado. Outro tema importante é a

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

composição do conselho, nesse caso, houve um diálogo amplo com a Coordenação Executiva do FBES para chegar num acordo. A opção final é que o conselho é aberto a interlocução com a sociedade civil.

No entanto não é um conselho que traz para dentro dele todas as contradições da sociedade, a exemplo do embate que se teve com relação a Microempresa.

O tamanho do conselho também, foi uma grande discussão, pois ele deveria ser representativo da diversidade e ao mesmo tempo não tão amplo para não dificultar o seu funcionamento; Manter um Conselho custa caro, considerando todos os custos de passagens nacional, manutenção que garanta a dinâmica, funcionamento e estrutura.

O Conselho Nacional de Economia Solidária, por sua vez não tem uma estrutura própria, a secretaria do conselho funciona dentro da SENAES.

Em 2006 conseguimos consensuar as atribuições e a composição do Conselho. Ficando ajustada da seguinte forma: ele é Tripartite, estrutura que reproduz uma espécie de composição do próprio FBES: Gestores, Empreendimentos e Entidades de Apoio e Fomento. No caso do conselho ampliou-se o conceito de Gestores, pois não são Gestores de Economia Solidária, mas sim representações de 19 ministérios que representam o governo; os empreendimentos, são indicados pelo FBES, em torno de 15 empreendimentos, que também são representados pela UNISOL, UNICAFES, ANTEAG; e as Entidades de Apoio ao Movimento (num total de 20).

Estrutura de funcionamentos:

- Regimento interno (Disponível no site da SENAES);
- Plenária (56 membros);
- Comitê permanente 13 membro (instância de preparação da agenda conselho e organiza as reuniões e é encaminhada a Secretaria Executiva);
- Comitês Temáticos: Comercialização, Redes e Cadeias de Produção e Consumo, Crédito e Finanças, Assessoramento Técnico, Marco Jurídico, que por sua vez eram grupos de trabalho de diálogo entre o SENAES e Conselho.

Todos estes comitês Temáticos desenvolveram suas agendas , mas vamos reconhecer que estão sem

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

funcionar de forma sistemática no momento atual.

Existe, ainda a Comissão Gestora do SNCJS (Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário), vinculada ao Conselho, é uma nova instância, mas quem deliberou foi o Conselho. (Ainda precisa ajustar essa instância no Conselho).

O Comitê de Crédito e finanças solidárias fez toda o debate em torno da Política de Finanças Solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos, entre outros).

O mesmo vale para o Comitê de Formação e Assessoramento Técnico, houve muito acúmulo no âmbito do CTFAT .

Comitê de Institucionalidade da Política foi onde elaborou o ante Projeto de Lei da Economia Solidária. E o Marco Jurídico elaborou todas emendas do marco de cooperativismo, cooperativismo de crédito.

Todos esses Comitês trabalharam muito entre 2003 a 2008, nos últimos dois anos deixaram de trabalhar. A Secretaria executiva é exercida pela SENAES. A Agenda do Conselho Nacional – instalado em julho de 2006, em plena Conferência Nacional; primeira reunião foi em outubro.

No decreto está previsto que o Conselho se reúna trimestralmente, ou seja, quatro reuniões por ano.

2007 – três

2008 – uma

2009 – três

2010 – uma

2011 – duas

Não é simples reunir um Conselho Nacional, é difícil manter uma agenda de reuniões.

O Conselho é muito afeito pelas conjunturas: Conferências por exemplo, Em termos de conteúdos, com todas as dificuldades a agenda da ECOSOL foi pra dentro e encaminhada pelo Conselho: marco legal, PPA – este e o anterior; o PL de ECOSOL encaminhado via Governo; articulação da política de ECOSOL nos outros Ministérios. Obviamente insuficiente em termos de encaminhamentos, o Conselho tem forte poder de elaboração de proposta, mas não tem muita força política para garantir a implementação das políticas propostas. De alguma maneira conseguiu internalizar as pautas das Conferências: 1ª e 2ª.

O Governo Federal fez estudos sobre os Conselhos, e a Secretaria Geral da Presidência participa e tem acompanhado, é um dos Conselhos ativos, por assim dizer. A Participação do CONES foi

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

importante no Fórum dos Inter conselhos sendo destaque o PPA.



Desafios:

Recomposição: repensar a sua composição , principalmente no que diz respeito a participação do governo . Ministérios que são importantes para implementação da política.

Reestruturação: sua estrutura – os comitês temáticos: SNCJS, Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária, Política de formação, com o não funcionamento do CTFAT.

Fortalecimento político do conselho – Há uma avaliação de que o conselho ficou fragilizado nesse debate de projeto de lei – sem estratégia de dialogar com o governo a sua pauta – exemplo: PL da ECOSOL; com impacto no movimento – do ponto de vista da posição e de elaboração. Quem tem que pautar a agenda do Movimento é o Conselho;

Relação do CONSELHO NACIONAL DE ECOSOL com os Conselhos Estaduais e Municipais. A Conferência Nacional aponta para a estruturação do Sistema Nacional de Economia Solidária, por conta disso é muito importante o estreitamento de laços com as diferentes níveis de organização do Conselho; outro tema fundamental é pensar o sistema e como se dará o envolvimento da sociedade civil na execução da Política.

Em relação a estimulação da criação de novos conselhos municipais e estaduais de Economia Solidária, foi afirmado que os editais privilegiam onde se tem Conselhos Implementados, o que iria restringir a participação. Atualmente os editais da SENAES estão no âmbito do Programa Brasil sem Miséria, ou seja a Economia Solidária contribuindo para a superação da miséria.

A SENAES vem desenvolvendo suas ações de forma que fomente a participação da Sociedade no âmbito da organização, principalmente a partir dos GT's e Comitês Temáticos.

O Brasil Sem Miséria, está mais próximo das Políticas de direito e a ECOSOL é uma política de desenvolvimento; o que poder ser visto como um diferencial para a ECOSOL, portanto temos um acúmulo mais próximo com o Sistema nacional de segurança alimentar.

Em relação ao edital nº003/2011 da SENAES, serão chamados primeiramente 15 municípios e os demais ficaram para o próximo ano. Porém há uma preocupação por parte da SENAES, pois estão passando por dificuldades em conveniar, há um risco enorme em não conseguir executar os recursos.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



Margareth Wiltgen – Conselheira Nacional

Está há pouco tempo no Conselho, porque assumiu a suplência com o “desaparecimento” da efetiva. Na sua concepção as principais dificuldades do Conselho são: a) a relação governo e sociedade civil, porque retornamos com várias questões sem serem solucionadas; b) os empreendimentos ficam meio acanhado – e há uma distância entre a participação efetiva; o tamanho do Conselho é um grande problema, acaba se tornando “*pró forma*”, uns até não sabem o que estão fazendo;

Como se fala em fortalecer um conselho, se na prática se dá conta de uma reunião anual e com os empreendimentos, em vésperas de realização de feiras.

Percebe-se que o Ministro do Trabalho não vê a ECOSOL como prioridade isso causa uma preocupação muito grande, Porque a realidade é muito diferente na prática.

Dentro das responsabilidades do Conselho tem que se dar o monitoramento das Políticas Públicas. No Rio Grande do Sul, acontece esse monitoramento em um Projeto, porém isso requer tempo por parte dos Conselheiros, é difícil conciliar esse papel mais os trabalhos cotidianos, por outro lado esses momentos de monitoramento permite enxergar coisas que escandalizam.

Vanessa Sígolo- Conselheira Nacional

Participa do Conselho há duas reuniões, representando o FACES.

É necessário pensar como qualificar a participação do movimento – entidades e empreendimentos no Conselho. As reuniões são marcadas bem em cima da hora, as pautas também chegam da mesma forma. O movimento - empreendimentos e organizações precisam de tempo para se preparar e participar; como melhorar o acesso às informações, aos dados sobre os orçamentos - o conselho precisa ter condições de realizar minimamente análise das políticas; por isso outro tema é a formação – tanto técnica quanto política.

Nestes últimos anos o movimento se envolveu mais na participação direta da execução das políticas públicas, a exemplo do CFES.

Isso em alguns casos nos tira a possibilidade de continuar na organização política estando

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

envolvidos diretamente nessa execução, tirando-nos essa função de ter uma ação mais propositiva.



Sônia Braz – Conselheira Nacional

Sônia também é recém-nomeada no Conselho.

O FBES tem se esforçando para que antes de cada reunião aconteça uma rodada de conversa. Sônia sugeriu que fosse inserido como objeto de pauta do CFES o SICONV para um grupo de conselheiros, pensando o acompanhamento. Os conselhos têm o papel de fiscalizar e preciso ter mecanismos de subsidiar nesse papel, dentre tantos que temos que dar conta.

Monitoramento e avaliação de políticas públicas

Momento 1: Diagnóstico Conselhos de Economia Solidária

Para que o Conselho possa executar suas finalidades, é importante que haja ferramentas eficazes de avaliação e monitoramento das Políticas Públicas em execução.

A partir das experiências dos Conselheiros presentes no Seminário, foram apresentadas algumas ferramentas.

Em Montes Claros a principal ferramenta utilizada é a reunião. Há uma facilidade de diálogo com os conselheiros que já fazem parte do movimento, por conta de sua experiência e acúmulo; por outro lado os representantes governamental muitas vezes nem sabe o que é a ECOSOL, em certo ponto é natural, porém em alguns momentos as vaidades falam mais alto. Ainda há o confronto da cultura do assistencialismo x protagonismo social.

No Espírito Santo, ainda se planeja algumas coisas, mas pode-se avaliar como avanço a realização de 2 Seminários, em duas grandes áreas de Território da Cidadania, criando-se comissões que foram visitar e acompanhar. Está em fase de elaboração uma Comissão de Planejamento, Avaliação e Sistematização.

Em Pernambuco são realizadas reuniões periódicas para avaliar, por exemplo, para o edital da SENAES o Conselho foi chamado para decidir quais eram as ações que seriam contempladas.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

O próprio Conselho está fazendo um Seminário de Finanças Solidárias.

No Piauí está ocorrendo um processo de sensibilização junto ao Governo, muitos pensam que só criar a lei já é o suficiente, mas esquece que muitos ainda nem sabem o que é Economia Solidária.

Na cidade de Santo André em São Paulo, as atividades estão retomando agora, por conta da mudança de Governo. Todas as primeiras quarta-feira de cada mês acontece reuniões, onde é possível realizar o monitoramento das atividades, nesse momento o Comitê está reiniciando, e o grande desafio que encontra é o de articular as Políticas Públicas que possuem afinidade com a Economia Solidária. As competências foram retomadas, mais algumas coisas ainda precisam sair do papel, como por exemplo o Gt Técnico.

O Conselho de Santa Catarina, possui uma característica peculiar em relação aos demais, pois ele envolve Economia Solidária e Artesanato.

Para o edital da SENAES, houve muito trabalho, porém houve um acordo entre ES e Artesanato, e eles aprovaram; isso foi positivo pois abriu espaço para uma certa harmonia.

As reuniões acontecem mensalmente, sempre na segunda segunda-feira do mês. Nesse momento está se discutindo o Marco Legal do Artesanato, que será encaminhado ao Governador, porém irá se iniciar a discussão do PL da Economia Solidária, levando em conta que dificuldades ainda aparecerão, pois a principal e única referência são as deliberações da 2ª CONAES.

Há uma preocupação de como será a relação das Leis de Economia Solidária que estão sendo criadas agora, com a Lei Federal de Economia Solidária.

Momento 2: Apresentação experiência do Conselho de Desenvolvimento Social de Assú/ RN

Relato da Experiência Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS - Assú – Rio Grande do Norte - Ana Almeida - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.

Assú é uma cidade do Rio Grande do Norte, com aproximadamente 52 mil habitantes, governada por um Jovem Prefeito de apenas 27 anos. A cidade ainda não possui Conselho de Economia Solidária.

Há apenas 45 dias, muito pouco tempo para se iniciar um trabalho de economia solidária, mas há um grande interesse por parte de todos do Poder Público para se iniciar esse trabalho.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

O Conselho foi criado pela Lei nº 298, de 22.12.2009.

No seu art. 9º, destaca-se a importância do controle social, definindo como o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços sócio assistenciais para todos os destinatários da Política.

Entre as ações de Avaliação e Monitoramento da Secretaria e do Conselho destaca-se a Comissão de Gestão. Essa comissão funciona junto à Secretaria, para acompanhar todos os Projetos que chegam nas 3 esferas de Governo. A comissão é composta por pela secretária e por cinco coordenadores dos projetos CRAS I e II, PROJOVEM Adolescente, PETI, Habitação e Alimentação.

Em relação ao monitoramento pode-se dizer que é realizado pelo registro regular das atividades do Projeto ou Ação; chega-se o trabalho através de relatórios, registros e cadastros; retornar as informações do Projeto aos seus colaboradores, implementadores, fiscalizadores e beneficiários e por fim analisa as informações para que, caso seja necessário, modificá-las.

A avaliação é um dos maiores desafios, é necessário desenvolver estratégias para driblar esses obstáculos. Alguns aspectos são determinantes na avaliação, são eles os de caráter ideológicos, políticos, estruturais e culturais.

Quando consideramos esses aspectos, envolvemo-nos com algumas questões, que tipo de cidadão queremos formar? Que sociedade queremos construir? Que valores defendemos? É necessário avaliar quando, para que, por que e como?

Dentre os Projetos em andamento na Secretaria, pode-se destacar:

- Lixão – Transformando Realidades, consolidando cidadania.

São 22 famílias cadastradas, suas ações imediatas consistem em distribuição de cestas básicas, cursos de inclusão produtiva (arranjos florais), atendimento psicossocial e sócio educativo.

A avaliação é feita através de visitas domiciliares, atendimento quinzenal e frequência nas reuniões. O grande desafio é executar esse Projeto de forma que ele passe de uma visão assistencialista, para um concepção transformadora. Outro desafio é organizar junto com os beneficiários do Projeto uma Associação de Economia Solidária.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



- Projeto CRAS I e II – Casa dos idosos ; PROJOVEM Adolescente; PETI

O PROJOVEM atende aos jovens de 15 a 18 anos dividido em dois ciclos:

Ciclo I – Trabalha com temas transversais, preparação direitos humanos e sua vivência em sociedade;

Ciclo II – Preparação para o mercado de trabalho.

Cursos: cabeleireiro, informática, elaboração de projetos, recepcionista, técnicas de vendas, encanador hidráulico, artesanato (ficha da bananeira e milho), biju, corte e costura , etc.

O Monitoramento consiste em acompanhar às famílias, avaliar o desenvolvimento da geração de renda inserindo quando possível no mercado de trabalho – alguns tornam-se instrutores de novos cursos. A avaliação é feita através de questionário, contatos com instrutores e equipe como também na comunidade.

O Projeto de Habitação funciona através de cadastro e levantamento do perfil social para receber a casa. Após receber existe o acompanhamento durante 30 dias para avaliar da família.

O Alimentassu oferece Cesta básica (1.420), doadas às pessoas com situação de vulnerabilidade.

E o Vale Cidadão consiste na distribuição de vales no R\$ 39,00 para alimentação as pessoas do Bolsa famílias que ainda estão em estado de vulnerabilidade social. A sugestão é que o Vale cidadão mude seu foco, estimulando os beneficiários a consumirem produtos da economia solidária.

Em Assú as políticas já são integradas.

A experiência apresentada de Assú, demonstra a necessidade de uma equipe e uma estrutura própria que dê esse suporte para contribuir com a disponibilização e análise de dados, subsidiando o conselho com elementos para o monitoramento e avaliação: visitas, questionários, análise de relatórios e outros, inclusive de estrutura física e de material; portanto o nosso desafio é pensar:

Quais são as estratégias e processos que necessitamos para pensar as avaliações e monitoramento?

Em alguns momentos é necessário cumprir a burocracia exigida pelos financiadores, porém é necessário pensar mais além, de que forma se pensa instrumentos que possam por sua vez fornecer elementos uteis para prática cotidiana e não apenas gerar números e estatísticas.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



Relato de Experiência da Agenda Territorial – Ceará - Rita de Cássia Lima Alves.

A Agenda Territorial é uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação da população jovem e adulta, sendo um instrumento para fortalecer as articulações de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos nos territórios, um mecanismo de apoio para estruturação e institucionalização das ações dessas ações, garantindo a continuidade das aprendizagens.

Tem como diretrizes: a promoção e a articulação entre as demandas sociais e ofertas de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos – a educação como ação articuladora das políticas sociais.

Estimular a constituição de redes sociais de cooperação visando ao protagonismo dos atores sociais na construção de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos – rede que se consubstancia por meio das Comissões Estaduais, também tem como diretriz estimular a integração das políticas de educação formal e não formal, no âmbito da política de Educação de Jovens e Adultos, apoiar processos educativos que favoreçam a produção do conhecimento, sistematização, socialização das experiências, a partir da realidade local e do respeito à diversidade cultural, de gênero, etnia e de ecossistemas, e apoiar experiências inovadoras de Educação de Jovens e Adultos – Medalha Paulo Freire.

Atualmente os principais desafios encontrados são o de ampliar e qualificar a oferta de educação de jovens e adultos no contexto da educação básica dispondo de múltiplas formas e espaços formais e não-formais de ensino e aprendizagens; garantir a continuidade da escolarização aos egressados do programa Brasil alfabetizado na educação de jovens e adultos e ampliar o acesso de gestores e educadores da EJA às políticas de formação inicial e continuada.

Do ponto de vista histórico, destaca-se alguns fatos, entre eles:

No ano de 2007 a Resolução CD/FNDE nº 65 que garante o repasse de recursos para os estados com as maiores taxas de analfabetismo;

Em 2008 a 1ª Oficina Nacional realizada em Natal com a apresentação da proposta da Agenda Territorial (AT) que resultou em uma carta de compromissos.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Durante o ano de 2009, foram realizadas reuniões Nacionais com Coordenadores de EJA e Representantes dos Fóruns de EJA, videoconferências interestaduais a construção do projeto diagnóstico e a Instituição da Comissão Estadual e publicação através de Portaria nº 111/2009, de 17/09/2009.

Nesse mesmo ano aconteceu o 1º Seminário Estadual da Agenda Territorial com objetivo de refletir sobre o panorama da EJA no Estado; Planejar a participação dos municípios no desenvolvimento da pesquisa diagnóstica da EJA; mobilizar secretários e equipes municipais para a construção da AT. Reuniões sistemáticas da CEAEJA e 2ª Oficina Nacional realizada em Brasília onde tirou as definições de estratégias e planejamento das ações para 2010;

Em 2010, realiza-se a 3ª e a 4ª Oficina Nacional ambas em Brasília, onde se reforçou a importância da intersetorialidade e realizou uma avaliação com levantamentos de desafios para a continuidade das ações das comissões. Além das Oficinas Nacionais, realizou-se Reunião técnica com o coordenador do PBA/MEC, Mauro Silva para discutir questões da agenda, inclusive do financiamento da pesquisa diagnóstica. No mesmo ano ainda foi realizado o II Seminário destinado a dirigentes das instituições parceiras: apresentação da proposta da agenda territorial (objetivos e metas), dados suplementares da EJA- PNAD, plano estratégico da CEAEJA o III Seminário com participantes de todas as macrorregiões do Estado do Ceará em parceria com o Núcleo de Referência do Ceará: história e memória da EJA: a) consolidar um pacto social para a EJA que contasse com a participação de todos os segmentos da sociedade responsáveis pela educação; b) 1ª etapa da metodologia da pesquisa diagnostica por meio de grupos focais por segmentos: coordenadores da EJA e do PBA, e de secretários municipais de educação e Reuniões sistemáticas da CEAEJA.

Mais recentemente, em 2011 realizou-se o Encontro com representantes das Comissões Estaduais da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, da Região Nordeste, em Recife, com o objetivo de retomada do diálogo sobre a agenda territorial entre a DPEJA/SECADI e as Comissões Estaduais;

Ocorreu a (re) constituição da Comissão Estadual e publicação da Portaria nº 539/2011 no Diário Oficial do dia 11 de Julho de 2011. Além do 3º Seminário da Agenda Territorial com os Secretários de Educação, Coordenadores de E.J.A dos Municípios Cearenses., objetivando a conclusão da pesquisa diagnóstica E.J.A no Estado, e a sistematização do grupos focais dos Seminários

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

realizados com os 184 Municípios.

Pensando nos próximos passos, no ano de 2011 foi realizado o Seminário com a participação de 02 macrorregiões para o desenvolvimento da pesquisa diagnóstica (grupos focais), nos dias 08 e 09/09/2011, em Fortaleza;

Ainda está em processo de licitação a Pesquisa Diagnostica prevista para ser realizada entre os meses de dezembro/2011 e agosto de 2012.

Estão previstos Encontros com os municípios participantes da Pesquisa Diagnóstica para apresentação de resultados parciais; Seminário Estadual previsto para agosto/2012: apresentação dos resultados finais da pesquisa diagnóstica;

A participação no Encontro com diretores dos CEJA no dia 08/09/2011, em Fortaleza e as reuniões sistemáticas da CEAEJA.

A Comissão Estadual – CEAEJA é composta por:

- Secretaria Estadual de Educação;
- MST/CE;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Conselho Estadual de Educação;
- Fórum Residual de EJA;
- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho Estadual do FUNDEB;
- Universidade Federal do Ceará – UFC;
- Universidade Estadual do Ceará – UECE;
- UNDIME/CE
- UNCME/CE;
- Comitê Executivo da Educação do Campo;
- MST/CE;
- Comissão de Defesa do Educação;
- SISTEMA S/FIEC;

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



– FETRAECE.

Ações estratégicas

- Ampliação e fortalecimento da Comissão Estadual interinstitucional de Alfabetização e EJA;
- Constituição dos Comitês
- Ampliação da oferta e garantir o acesso da demanda de EJA na Educação Básica;
- Acompanhamento às ações desenvolvidas para EJA nos municípios;
- Desenvolvimento de pesquisa diagnóstica da Alfabetização e EJA no estado.

O Plano Nacional de Educação (2011 -2012), propõe para a Educação de Jovens e Adultos, as seguintes Metas:

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% nesta faixa etária.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar um mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas a redução da desigualdade educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Planejamento de políticas públicas:

Momento 1:

Luiz Eduardo Parreira - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)

Na formulação de Políticas Públicas a primeira coisa é ter clareza do Problema, no caso da Econômica Solidária é que essa clareza ainda vem sendo conquistada fruto do acúmulo de todos os processos que vem sendo realizados, mas ainda existe muitas dúvidas.

Tendo clareza desse problema, segue-se para o diagnóstico. É preciso conhecer a realidade dos que estão envolvidos no problema e assim a definição dos objetivos dessa política.

Estabelece as regras, quem será atendido, como será atendido. Elabora-se a proposição de

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Programas e ações, pensando de forma estratégica.

Para a realização das Ações é necessário prever recursos, produtos e por consequência os resultados que serão ou que se esperam obter. Tendo uma clareza do produto e dos resultados esperados, traçam-se metas e indicadores que serão utilizados para monitorar e avaliar.

O movimento ainda tem resistência em relação à prestação de contas, principalmente no que diz respeito a avaliação e monitoramento.

A dinâmica de funcionamento de um Conselho depende da disponibilidade de informações, bem como da capacidade de processamento dessas informações afim de qualificar o debate melhorando a capacidade de formulações de propostas e a qualidade do processo deliberativo/propósito.

A efetividade de um conselho depende de dois fatores: o primeiro é o Projeto Político de Governo, um conselho que trabalha num ambiente político hostil, com um projeto político hostil, terá bastante dificuldade de trabalhar. Por isso tem que ter consciência da necessidade do apoio efetivo, a capacidade técnico-administrativa. Muitos municípios no Brasil não acessam os recursos do Governo Federal porque não possuem equipe técnico-administrativa para elaborar um bom projeto; e os recursos financeiros - processo legislativo orçamentário: PPA/LDO/LOA/emendas.

O outro ponto é a questão da sustentação na sociedade, que está relacionado à capacidade de articulação do Movimento na sociedade (empreendimentos, associações, sindicatos, partidos, igrejas, meios de comunicação, etc.)

A SENAES realizou um balanço/avaliação da 2ª Conferência de Economia Solidária, apontando alguns desafios para o futuro. O primeiro é avançar na institucionalização e na ampliação da política pública de economia solidária, tornando-a permanente na estrutura do Estado brasileiro, com base em lei a ser debatida e deliberada no Congresso Nacional, a qual viabilize as conquistas expressas a seguir:

1. O reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários, com atualização, aperfeiçoamento e criação de leis e mecanismos que facilitem a formalização e o funcionamento dos empreendimentos, considerando-se também os aspectos tributários e de acesso à seguridade social aos trabalhadores e trabalhadoras destes empreendimentos, como sujeitos de direito.
2. A ampliação do acesso ao conhecimento por meio da educação, da formação, do assessoramento técnico e das tecnologias sociais.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira



3. A ampliação do acesso ao crédito (investimentos e capital de giro) para os empreendimentos, bem como o fortalecimento das iniciativas de finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários e cooperativas de crédito).
4. A ampliação do acesso aos mecanismos e instrumentos de comercialização justa e solidária – incluindo a implantação de um futuro sistema de comércio justo e solidário –, equipamentos de comercialização (centrais de comercialização, mercados solidários, feiras etc.), e a ampliação do acesso dos empreendimentos econômicos solidários às compras governamentais nas áreas urbanas e rurais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
5. Para dar suporte a essas iniciativas, deverá ser criado um *fundo nacional de economia solidária*, como instrumento de financiamento das políticas públicas de economia solidária e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

O segundo grande desafio está relacionado a criação e implantação do sistema nacional de economia solidária, articulando as iniciativas dos entes governamentais e da sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal. Assim, espera-se promover a intersetorialidade e a integração entre as várias políticas que dialogam com a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável por meio do trabalho associado, da produção em cooperação, da justa distribuição da renda e do consumo consciente e responsável. Finalmente, para conduzir este processo, a II Conaes apresentou o desafio de elevação política do órgão federal responsável pela política pública de economia solidária, com a proposta de criação de um ministério da economia solidária.

INDICATIVOS DE AÇÕES A PARTIR DO SEMINÁRIO

Após as discussões realizadas ao longo do Seminário, os participantes pensaram em aplicabilidades para os aprendizados obtidos. Dessa forma foram desafiados a pensar formas concretas para melhor implementação dos Conselhos, ou para qualificar as ações daqueles que já existem.

Após a discussão em grupos pode-se concluir que é necessário pensar num grupo de trabalho que pense a reformulação de leis que envolvam a economia solidária; bem como desenvolver qualificação para os conselheiros e ampliar a discussão de recursos para os conselhos, e por último

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional



Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

criar instrumentos que facilitem o processo de avaliação e monitoramento, tais como questionários, fichas, visitas, relatórios, entre outros.

Para o segundo grupo a definição dos participantes deve ser um processo de conscientização, sendo necessário articulação e formação política e uma vivência no movimento de economia solidária. O monitoramento do conselho Municipal deve ser feito pelo conselho Estadual e Federal. Do ponto de vista de infraestrutura o grupo enfatizou a questão da equipe técnica e administrativa, bem com o orçamento participativo e o princípio de publicidade/transparência, mais competência do conselho. Por fim a prestação de contas, gera credibilidade.

O terceiro grupo apresentou como proposta a promoção de reuniões itinerantes; a realização de formação para conselheiros; acompanhamento e avaliação dos programas e projetos; a utilização de ferramentas multimídias, como por exemplo, vídeos conferências para a realização das reuniões; criar uma Secretaria Executiva do Conselho com infraestrutura física, material e de recursos humanos; fazer cumprir regimento interno, objetivando coibir as faltas e por último repassar às suas bases as deliberações e encaminhamentos de todo o evento que participar.

O quarto grupo apresentou como propostas o realização de Cursos de Formação de Conselheiros-as, de Cursos de Formação Política e de Oficinas Temáticas, onde os temas discutidos poderão ser conceitos de economia solidária, ciclo orçamentário, legislação, elaboração de projetos, SICONV, interpretação de editais, participação e controle social.

AValiação DO SEMINÁRIO

Para realizar a avaliação do Seminário foi escolhido o Instrumento: Diário de Aprendizagem que consistia em preencher diariamente um roteiro orientador, (conforme modelo abaixo). Esse roteiro servia para que os participantes pudessem registrar suas dúvidas, comentários, alguns lembretes entre outras informações que considerassem relevante.

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

CFES Nacional

Convênio M.T.E/SENAES Nº 700686/2008 - Cáritas Brasileira

Modelo do Diário de Aprendizagem.



☉ Sexta Feira, 18 de novembro ☉

☉☉ As coisas mais importantes que observei/ aprendi neste dia foram ...

☉☉ Há alguma aplicação prática do conteúdo desenvolvido no meu cotidiano de trabalho e/ou militância? Qual? Algo que eu deveria mudar/ fazer levando em conta o que aprendi /observei?

☉☉ Sobre o que quero saber mais/ aprofundar?

Ainda preciso falar com	Sobre

☉☉ Quando voltar a minha cidade não posso esquecer de...

Preciso falar com	Sobre

☉☉ O que mais quero registrar de importante...

Por exemplo: atividade, situações, experiências vividas durante o dia... Problemas que surgem...
Algo que te pareça importante, mesmo que você ainda não compreenda muita bem...

Centro Nacional de Formação em Economia Solidária

SDS - Ed. Venâncio III - SI 410 - CEP 70393-902 - Brasília/DF
Tel: 55 61 3214 5400 - Fax: 55 61 3214 5404

Email: cfes@caritas.org.br

www.cirandas.net/cfes-nacional



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

